

NEGOCIAÇÃO DE IDENTIDADES NUMA EMPRESA RURAL

José Márcio Barros

Mestre em Antropologia Social - UNICAMP

Doutor em Comunicação e Cultura - UFRJ

Professor do Curso de Ciências Sociais da PUC/Minas

e-mail: jmbarros@uai.com.br

Resumo

Análise do processo de negociação de identidades entre dois grupos de trabalhadores em situação de contato durante a colheita do café numa fazenda no sudoeste de Minas Gerais. A pesquisa foi realizada nos anos 90.

Palavras-chave

Identidade; trabalho temporário; cultura do café

Abstract

The article analyses the identities transaction process, between two groups of workers, during the coffee harvest in a farm at Southwest of Minas Gerais. The research occurred in the 90's.

Key words

Identity; temporary job; coffee culture

1. Introdução

Este estudo pretendeu compreender o processo de negociação de identidades entre dois grupos de trabalhadores rurais, residentes e temporários, expostos à uma situação de contato no contexto da colheita de café.

Os primeiros são moradores de uma grande fazenda na cidade de Santo Antônio do Amparo, sudoeste do estado de Minas Gerais. O segundo grupo é oriundo de São João da Ponte, cidade situada a cerca de 700 quilômetros de distância, ao norte do estado. Entre os dois grupos, emerge um terceiro elemento importante na constituição das identidades em contato - a Fazenda - entendida aqui enquanto um conjunto de sujeitos, de normas, de lógicas e de interesses próprios, responsáveis em última instância pelo "encontro" de ambos.

Detentores de universos sócio-culturais próprios, com tradições diversas, experiências históricas não-coincidentes, estes trabalhadores constroem domínios, sistemas de representação e classificação singulares, e que, uma vez em situação de contato, confirmam o caráter contrastivo e relacional de suas identidades. Ambos os grupos aqui estudados utilizam-se de marcas, símbolos designatórios, configurações simbólicas, que se auto-atribuem e que são atribuídos por outros e a outros, como sinalização de diferenças e singularidades. Apesar de simétricos - pois ambos os grupos são constituídos por trabalhadores, não-proprietários do espaço em que trabalham, identificados com a situação de pobreza e sem relações de hierarquia interpostas entre si - estes sujeitos afirmam-se como portadores de identidades próprias que podem se comunicar, mas que jamais podem ser reduzidas ou traduzidas uma à outra. A "panha" constitui um "locus", onde estes diferentes sujeitos se espelham uns nos outros, afirmando igualdades e semelhanças. Entretanto, emerge deste contato a percepção de diferenças, que em certas situações, transformam-se em sinais de desigualdade (ALMEIDA, 1991), resultado de confrontos simbólicos decorrentes do deslocamento que a presença dos trabalhadores temporários realiza no lugar social dos trabalhadores residentes.

O presente trabalho buscou compreender como e através de quais configurações simbólicas, cada um dos grupos define sua identidade e como o processo de contato e a mediação da situação social da "panha", oportunizam sua atualização. A "panha" do café na Fazenda Santa Elisa, emerge nesse trabalho, como um contexto de circunstâncias específicas, capaz de permitir a compreensão das ações e representações dos trabalhadores residentes e dos "baianos", como são chamados os trabalhadores volantes. Constitui-se assim uma unidade de análise, uma espécie de território delimitado dentro do qual se torna possível o estudo das inter-relações entre os dois grupos. (FELDMAN-BIANCO,1987).

A organização do trabalho assume aqui o sentido de um delimitador estrutural que, através de regras e normas definidas pelas singularidades da cultura do café, pelo contexto regional onde a fazenda se insere, e por seu próprio modelo de administração, ordena as relações sociais entre os diversos sujeitos envolvidos na colheita. Este ordenamento, instaurado por uma lógica operacional que busca a eficiência produtiva, também se refere a valores que caracterizam a relação entre trabalhadores rurais e fazendeiros e que se efetiva também como demarcadora dos contatos entre os grupos. A organização do trabalho transcende, neste sentido, o universo restrito do trabalho, definindo lugares sociais para os diferentes sujeitos e possibilidades de interação entre si.

As mudanças operadas na fazenda no sentido de transformá-la num empreendimento mais moderno a partir de exigências econômicas presentes no mercado de café, definiram um novo modelo de organização do trabalho. Entretanto, esse modelo, ao realizar significativas rupturas com a organização típica do colonato, imprimiu apenas parcialmente as regras próprias do modelo de assalariamento que acompanha a modernização do processo produtivo. Trata-se, pois, de um modelo híbrido, que opera rupturas com o colonato sem instituir totalmente o moderno.

Nesse processo, a dinâmica do trabalho da "panha", suas operações técnicas, mantiveram-se em grande parte inalteradas se comparadas às técnicas utilizadas no

princípio do século. O que alterou significativamente, foi a composição da mão-de-obra necessária para a realização da colheita, que gradativamente passou a envolver contingentes cada vez mais numerosos de trabalhadores volantes, principalmente aqueles provenientes de São João da Ponte. Conseqüentemente foi alterado o lugar social que o contingente de trabalhadores residentes ocupava no desenvolvimento da colheita, ao mesmo tempo em que os próprios "baianos" passavam a viver a experiência de verem o trabalho temporário definindo cada vez mais suas estratégias de reprodução social.

É possível afirmar que as identidades desses dois grupos sociais se revelam durante a "panha", autorizando a construção de uma hipótese ao estilo de Geertz (1978), de que no processo da colheita não é só o café que é colhido, mas também o "projeto" de manutenção e reconstrução da identidade de seus sujeitos.

2. A situação social da colheita e seus sujeitos

A colheita do café, chamada de "panha" pelos diversos sujeitos que dela participam, pode ser caracterizada como a etapa mais complexa do processo anual de cultivo na cafeicultura. Essa complexidade resulta de 3 diferentes ordens de questões envolvidas: as características da própria cultura do café, as alterações provocadas no cotidiano das fazendas durante sua realização e os diferentes significados que assume para os sujeitos envolvidos.

A "panha" caracteriza-se por ser a etapa anual de cultivo do café que exige grande quantidade de mão-de-obra. Principalmente nas fazendas onde a mecanização é impossível de ser adotada devido à topografia do terreno, como é o caso da Fazenda Santa Elisa, torna-se necessária um contingente muito grande de trabalhadores temporários, tão logo os primeiros frutos comecem a amadurecer.

A colheita do café é a última etapa de um conjunto de atividades integradas e às vezes superpostas que envolvem a realização de capinas, aplicação de inseticidas no solo, arruação, calagem, chega de cisco, podas, desbrotas, adubação orgânica,

adubação foliar, e adubação química, que se desenvolvem durante todo o ano agrícola. Apenas a colheita, que também envolve a secagem do café, conta com a presença de mão-de-obra temporária oriunda da cidade de São João da Ponte. Nas demais etapas, são os trabalhadores residentes que desenvolvem todo o trabalho, à exceção da arruação e da adubação orgânica, que demanda pequeno número de "bóias-frias" da própria região.

A "panha" realiza, entretanto, uma espécie de inversão no lugar social dos moradores no processo geral de trabalho. Se durante a entressafra, os trabalhadores eventuais complementam a força de trabalho local, na colheita são os moradores que passam a complementar o trabalho dos volantes. Os moradores, responsáveis pelo trato das lavouras durante todo o ano, são os últimos a se inserirem na colheita propriamente dita, em função da realização dos preparativos para o seu desenvolvimento.

Ao final do período das últimas capinas e início da arruação, a fazenda dá início aos preparativos para a contratação do contingente de trabalhadores eventuais do norte do estado. Tendo como parâmetros a quantidade de café a ser colhida e seu provável ritmo de maturação, a administração da fazenda inicia os contatos com os chamados turmeiros ou "gatos", responsáveis pelo agenciamento de mão-de-obra temporária.

Nesses contatos, realizados por telefone, ou em conversas pessoais, são acertados os principais itens do contrato verbal que é celebrado entre a fazenda e o turmeiro, e que conseqüentemente definirá o "trato", também exclusivamente verbal, entre esse e sua turma. O primeiro ponto decisivo refere-se ao valor do adiantamento que cada trabalhador receberá antes de sua viagem. Esse valor obedece a uma definição do próprio mercado de mão-de-obra volante na região de São João da Ponte, em virtude das ofertas de adiantamento realizadas por outros turmeiros.

Além do adiantamento, o tempo que cada turma permanecerá na fazenda, a data de viagem, o preço mínimo por balaio colhido, as condições de

alojamento e alimentação e, principalmente, as possibilidades de deslocamento de mulheres e crianças, são pontos que fazem parte da negociação. Nesse contato são acertadas também as bases e condições de pagamento dos próprios turmeiros e seus fiscais.

Na Fazenda Santa Elisa, a substituição do colonato como modelo de organização das relações de trabalho não transformou os residentes em trabalhadores assalariados plenos, como a literatura sobre a cafeicultura costuma sugerir. Apenas uma pequena parcela dos residentes tiveram suas relações de trabalho definidas por um contrato firmado conforme a legislação trabalhista. Observa-se na fazenda relações de trabalho ainda típicas do colonato, apesar de não existir mais, em sua base de sustentação, uma ética de reciprocidade típica desse sistema. O acesso à terra para o plantio do milho, prática usual e reveladora desta ética no antigo sistema, passou, a partir de 1990 a ser negado à maioria, ou utilizado como estratégia de controle disciplinar. Além do sistema de pagamento por produção utilizado na panha, os residentes trabalham na forma de "eito", que consiste na organização de turmas de trabalho, sob a supervisão de um fiscal, para a realização de atividades que exigem maior qualidade de serviço. Nessas atividades os residentes são remunerados através de diárias. Além desses sistemas, há também a "tarefa", que mantém a mesma organização do "eito", apesar de ser utilizado quando há necessidade de um trabalho mais rápido. Nessa modalidade os residentes são remunerados pela tarefa cumprida, definida pelo fiscal. Outro modelo existente, mas muito pouco utilizado, é o "empreito". Trata-se da forma mais próxima do colonato, onde o trabalho é desenvolvido pelo grupo familiar chefiado pelo pai. Esse sistema, juntamente com a produção, são preferidos pelos residentes. O primeiro por se constituir em um sistema que restitui ao trabalhador a autonomia de organização do trabalho familiar em termos de tempo de dedicação, controle e transmissão do saber. O segundo porque representa uma possibilidade concreta de um ganho financeiro maior.

Os trabalhadores residentes, "transitaram de uma situação forte para outra

fraca... a reciprocidade cedeu lugar ao utilitarismo; a troca foi substituída pelo mercado. O agregado, antes um pai de família livre, tornou-se um indivíduo sem liberdade..." (BRANDÃO,1981, apud WOORTMANN,1990:11). Delimitado por um sistema híbrido e ambíguo, os favores e concessões se estendem também a várias dimensões do cotidiano. A reforma da casa onde moram, a realização de festas e casamentos, o acesso aos serviços médicos da cidade, o pedido de licença de saúde etc, ao contrário de se constituírem como direitos próprios de uma relação marcada pela concessão sustentada pela reciprocidade, transformaram-se em questões que dependem de uma negociação destituída de valores e intermediada pelos administradores

Nem mais colonos e nem bem assalariados, os residentes parecem viver um período de crise de identidade, já que essa não se concretiza apenas pela auto e hetero atribuição de traços distintivos e identificatórios, ou de pertencimento a uma mesma tradição espaço-temporal, mas necessita também de condições materiais concretas para a sua manutenção (BRANDÃO,1986).

Não é por outro motivo que a "panha" assume uma importância tão fundamental para os residentes. Ela atualiza uma alternativa idealizada de autonomia, não mais centrada na organização familiar do trabalho naquela fazenda, mas numa corrida contra o tempo, a fim de se construir as condições materiais para que possam saldar suas dívidas e construir um futuro com autonomia : escolher onde trabalhar, comprar uma casa na cidade , etc.

Já os ganhos financeiros dos "baianos" dividem-se em três categorias de pagamentos realizados pela fazenda: o adiantamento, a gratificação e o ganho por produção. É da conjugação estratégica destas 3 formas de pagamento que a fazenda e os turmeiros controlam a produtividade da mão de obra temporária.

A presença do "pessoal do norte" na colheita da Fazenda Santa Elisa se dá, predominantemente de forma familiar, estando justamente nesse fato um dos critérios mais fortes para a decisão que eles próprios tomam sobre o local para onde devem migrar. Existem basicamente duas formas de contratação de trabalho

temporário na região. À exceção da colheita do café, todas as demais opções de trabalho ocorrem sob a forma de empreitada, o que significa que o turmeiro estabelece um determinado valor e prazo pelo serviço a ser desenvolvido e posteriormente define as suas condições de pagamento aos trabalhadores interessados. É nessa forma de contratação que o turmeiro assume mais claramente a figura de patrão, pois é ele quem efetua o pagamento dos trabalhadores. Na colheita do café, ao contrário, o turmeiro é contratado pela fazenda, recebendo um salário fixo e uma participação na produção, para organizar as turmas e fiscalizá-las no serviço. Nessa segunda opção, cria-se uma situação singular onde a figura do patrão passa a ser tanto o turmeiro, que efetiva o contrato e que é responsável pelo trabalho e pelo cumprimento dos termos do contrato, quanto o cafeicultor, que se responsabiliza pelo pagamento, fornece comida, alojamento e ainda fiscaliza a colheita.

O processo de arregimentação de turmas se dá através de redes de comunicação informais, ligadas às relações de vizinhança, parentesco e compadrio, acionadas pelos próprios turmeiros, que se transformam em verdadeiros especialistas no conhecimento dessas redes. Além de se especializarem em determinados serviços, firmas ou fazendas, os turmeiros costumam concentrar a contratação de pessoal em certos povoados do município onde já possuem suas redes de informação, e onde já se tornaram conhecidos e confiáveis.

Tanto por parte dos turmeiros quanto por parte dos trabalhadores, existem critérios que regulam as escolhas, e devem atender às necessidades e disponibilidades do trabalhador, mas que também dizem respeito ao mercado de trabalho temporário e às características do serviço e do local para onde irão migrar. De maneira geral, os critérios do turmeiro, em conivência com as exigências da fazenda, se referem ao aspecto produtivo do trabalhador. Para os trabalhadores, a opção por um determinado serviço se dá levando-se em conta outros critérios. É fundamental para o "baiano", a possibilidade de migração com todo o grupo familiar, realizando assim um imperativo cultural, a manutenção do grupo

familiar unido em torno do trabalho, e evitando o que eles chamam de "duas-despesas", ou seja, os gastos de quem migra e os referentes aos que permanecem em seus povoados. Esse critério é mais operante, apesar de não ser exclusivo, entre os "baianos" que já não possuem mais terras para cultivo de subsistência, ou que não conseguem arrendar lotes de terra aos fazendeiros da região.

Apesar das tentativas de proibição por parte do fazendeiro na presença de famílias com crianças pequenas, o trabalho na "panha do café" está sempre ligado à possibilidade de migração familiar. Porém, o que outrora era uma alternativa que envolvia apenas o chefe da família ou os filhos mais velhos, que durante a entressafra de suas próprias lavouras faziam pequenos serviços pela região, se transformou em uma estratégia que envolve a todos e de forma contínua, em rotas de migração cada vez mais distantes. Além destas razões, o trabalho se constitui num valor que quanto mais cedo é incorporado à vida das crianças, mais a socializa para a vida coletiva, como pudemos constatar anteriormente.

Outro critério importante diz respeito ao tipo de serviço que deverá ser executado, tanto no que se refere ao desgaste físico, quanto às possibilidades de ganho por produção. O café aqui também se torna um dos preferidos em função de ser considerado um "trabalho maneiro que não machuca", que pode ser realizado por homens e mulheres de diversas idades, e que, em suas percepções, permite um bom ganho financeiro.

O valor do adiantamento oferecido, seja em comparação às ofertas de outros turmeiros, seja em função das necessidades prementes do trabalhador, constitui um terceiro critério fundamental para a tomada de decisão do trabalhador. O adiantamento deve ser, no mínimo, suficiente para saldar dívidas da família junto ao comércio local, permitindo assim a continuidade de seus créditos entre os comerciantes.

O prazo de permanência constitui outro critério importante, seja pela adequação da migração ao calendário agrícola local, para aqueles que plantam, seja pelo forte sentimento de que, migrar temporariamente não pode significar

abandonar seus locais de moradia. Festas de padroeiros, mães que foram deixadas sozinhas, casamentos de parentes, são medidas importantíssimas para a definição de quanto tempo poderão permanecer viajando.

Por fim, os critérios de confiabilidade tanto no turmeiro, quanto no fazendeiro. A lisura dos acertos, a manutenção das condições contratadas, tanto de preços quanto de condições de alojamento e alimentação, são tomados como indicadores importantes no momento de escolha do local de migração.

3. A organização do trabalho como definidora das relações entre os grupos

É possível afirmar que a fazenda, além de definir normas universais que regem o processo produtivo, delimita possibilidades de ações e espaços diferenciados para cada um dos grupos. Por outro lado, os próprios trabalhadores estabelecem uma articulação diferenciada entre relações de trabalho e relações sociais em consonância com seus próprios códigos socio-culturais.

Existe uma padronização de condutas e normas técnicas que são seguidos por todos os trabalhadores que participam da "panha" e que dizem respeito a uma adequação da força de trabalho ao ciclo produtivo do café. Assim, a busca da maximização da quantidade e qualidade do café colhido define a forma como o trabalho, tanto dos residentes quanto dos "baianos" deve se desenvolver.

Entretanto, se o trabalho é o mesmo, se o padrão de remuneração por produção é comum a ambos os grupos, a própria fazenda define normas que, para além das dificuldades de integração que *a priori* a própria identidade de cada grupo institui para o contato entre ambos, consolidam um modelo que aprofunda as diferenças entre os grupos. A separação das turmas, o sistema de pagamento, que inclui gorjetas para uns e para outros não, o controle das informações sobre o valor do balaio colhido, são práticas que asseguram um distanciamento entre

moradores e "baianos", impedindo a construção de laços de solidariedade intergrupais. A manutenção das diferenças entre os dois grupos no contexto da "panha", se mostra não só como decorrência de seus pertencimentos originais a contextos culturais diferenciados, mas também como estratégia de organização do trabalho, capaz de neutralizar qualquer emergência de organização e confronto por parte dos trabalhadores às normas da fazenda, além de facilitar o controle e a produção.

A separação das turmas de trabalho, é naturalizada pelos administradores como decorrência lógica de suas diferenças. Por outro lado, os próprios trabalhadores afirmam ser a mistura de turmas algo que não faz sentido: " Aqui desde antigamente as turmas são tudo separado. Funciona melhor. É mais fácil de olhar a panha. Eles já sabem o jeito de levar o povo, né ? " .

Entretanto, longe de se constituir numa medida de "respeito" às diferenças, a separação das turmas de residentes das turmas de "baianos", atende a uma lógica de exploração do trabalho. Os residentes que durante todo o ano compõem o principal e exclusivo grupo de mão-de-obra da fazenda, durante a colheita passam a coadjuvar os volantes. A prioridade dada aos trabalhadores volantes está relacionada ao fato de, descontextualizados, temporários e endividados ali e em sua cidade de origem, constituem em força de trabalho mais facilmente explorada.

Os princípios que organizam a "panha" na perspectiva da fazenda, utilizam-se das diferenças culturais entre os dois grupos, num processo cujo resultado final é a tentativa de manter todos os grupos desinformados um sobre o trabalho do outro, desconectados em termos de laços de solidariedade e união, diminuindo o espaço para a emergência de contradições que possam se transformar, eventualmente, em conflitos, dadas as críticas que são feitas aos preços pagos pelo balaio colhido, a qualidade da comida etc. Dessa forma, a fazenda garante um processo de colheita, onde cada sujeito busca exclusivamente sua maior produtividade pessoal, limitando as práticas de solidariedade e união, aos grupos mais próximos, eximindo a fazenda de qualquer questionamento ou enfrentamento que possa alterar as "regras do jogo".

Se esse modelo atende aos imperativos das diferenças culturais entre os dois grupos, ele o faz se apropriando dessas diferenças, manipulando-as como estratégias que consolidam os interesses da fazenda como centrais ao processo. Em relação aos "baianos" a aparente prioridade dada a eles na execução da colheita, realiza na verdade um processo perverso de exploração do grupo, que busca uma produtividade que lhes assegure a permanência em seus contextos de origem. Em relação aos residentes, a "panha" reforça uma relação de trabalho híbrida, onde os trabalhadores assumem um papel que ora se caracteriza por se aproximar de relações assalariadas, ora reproduz o modelo do colonato.

A "panha" é pois, um processo que, mesmo vivido e concebido pelos dois grupos em função de um futuro que se quer construir ou garantir, consolida no presente os limites históricos a que cada grupo se viu exposto. O futuro concebido por ambos os grupos não se refere a uma melhoria nas atuais condições oferecidas por este modelo, mas a sua utilização para a realização de sua negação. Para os residentes, uma ruptura em busca de uma idealizada autonomia como trabalhadores autônomos; para os "baianos", a construção de condições para voltarem a ser como eram: pequenos proprietários.

O trabalho na "panha" parece estruturar mais a negação do presente vivido por cada grupo, se apresentando como alternativas localizadas. Para os "baianos" trata-se de aproximar o presente vivido do passado atualizado pela memória. Já para os moradores, trata-se de apostar num futuro que sabem estar cada vez mais distante de suas possibilidades de construção. Vejamos como isso acontece.

4. As identidades negociadas

Separados pelo modelo de organização de trabalho dominante na fazenda, a "panha" oportuniza um confronto de concepções, que alimenta o processo de atualização das identidades grupais, a partir das relações efetivas e imaginárias que estabelecem entre si. É essa identidade concebida e atribuída, junto às determinações da organização do trabalho, que qualifica o contato entre os dois grupos durante a

“panha”. Ao construírem suas representações sobre seu próprio grupo e sobre o grupo do outro, moradores e “bairanos”, constroem também uma lógica que explica as diferenças internas a cada um dos grupos. Espelhando-se um no outro, esses trabalhadores acabam elaborando uma avaliação sobre o universo vivido de cada um.

A visão que os residentes possuem acerca de seu próprio grupo é fortemente negativa, marcada por representações que os qualificam como trabalhadores sem valor e sem direitos, e enquanto grupo social, sem união e força para enfrentarem o fazendeiro. A questão do valor se apresenta no discurso dos moradores, como um conceito ligado ao reconhecimento. É, portanto, algo que deveria ser-lhes atribuído em decorrência de suas condições de empregados daquela fazenda, e que pode ser medido através do salário que recebem ao final do mês. É importante notar, que em suas concepções, as duas dimensões estão intimamente ligadas, de tal forma a sugerir que, decorreria imediatamente da condição de empregado da fazenda o recebimento de um salário que satisfizesse minimamente suas necessidades.

Para os moradores, o que pode restituir o valor perdido, não é apenas o pagamento de um salário, mas a restituição de suas condições perdidas com o fim do colonato, ou seja, o acesso à terra para um plantio de subsistência e uma relação de reciprocidade com o fazendeiro. O acerto final quando um trabalhador sai da fazenda, é tomado como situação exemplar desta desconsideração.

O morador revela, como categoria importante na construção de sua identidade, o orgulho de permanecer trabalhando num mesmo lugar durante anos, e de nunca ter passado pela necessidade de procurar serviço. Entretanto, durante a colheita, os residentes afirmam ser ainda mais desvalorizados pelos administradores da fazenda. Todos são unânimes em afirmar que são preteridos e prejudicados em relação aos demais trabalhadores temporários. : “Eles dão a preferência pros de fora. É isso que eu não entendo. Aí o pessoal que é de fora ganha mais, porque quando o pessoal daqui chega pra “panhar” o café, a safra já está acabando, e mesmo assim só pega sucata.” Se alguns admitem que o preço pago por balaio pode ser diferenciado

em função dos “baianos” estarem longe de suas casas, percebem que são preteridos por comporem uma mão-de-obra constante.

Para os moradores, a experiência de morar na fazenda e de se submeter àquela organização de trabalho, acabou por os deixar medrosos e desunidos, vivendo mais de ilusão do que de realidade. Num primeiro nível, essa percepção diz respeito às dificuldades em que todos vivem, e que os impede de uma ajuda mútua: “Aqui até que tem uma união, mas ajudar um ao outro mesmo, ninguém tem condição de ajudar. Porque cada um pro seu lado, cada um prá si porque a condição de vida aqui é pouca.” Mas também diz respeito aos efeitos dessa experiência em seus costumes tradicionais, expressos principalmente, na prática da “troca-de-dia”, proibida pela fazenda junto à proibição do plantio do milho e do feijão da seca: “Pobre foge de pobre, principalmente aqui na fazenda.”

Distantes do colonato e do assalariamento, os residentes acabam percebendo-se próximos da escravidão: “Muitas coisas assim o pessoal diz que a escravidão acabou, mas não acabou ainda não. Ainda existe. Só não existe aquele negócio de empregado apanhar. Mas que existe ainda, praticamente existe.”

Construindo uma imagem acerca do seu próprio grupo através de categorias que os distanciam cada vez mais de suas tradições e de seus ideais, os moradores concebem os “baianos” através de uma leitura que parece ressaltar aspectos que os colocam como uma espécie de invasores de seu próprio espaço. Se aos poucos foram sendo aceitos, permaneceram sendo considerados diferentes e em certa medida desiguais em relação ao seu próprio grupo. Os moradores afirmam que nos primeiros anos em que os “baianos” começaram a migrar para a Fazenda Santa Elisa, muitos acharam ruim e tinham medo: “De primeiro, nós achamos aquele povo muito esquisito. A gente chamava “ê baiano”, aí o povo danava a brigar: “baiano é isso, é aquilo”. Nós passava perto deles e eles nem conversavam.” ... “antes de conhecer eles direito, eu pensava “esse povo parece índio. Tem que lidar com esse povo com um 32 na cintura, porque qualquer coisa meto um tiro na testa de um, porque eles não prestam não” .

Se o estranhamento inicial se dissipou com o tempo, os moradores afirmam existir diferenças significativas entre seu próprio grupo e os “baianos”. Essas diferenças referem-se, em primeiro lugar à questão da fala, percebida como o primeiro e mais evidente revelador de suas singularidades: “Eles tem um conversar mais duro em dizer. Eles conversam mais bruto, não é tão macio igual a gente aqui do sul. Porque aqui no sul a conversa é mais devagar. Se eu tiver de dizer alguma coisa, é mais fácil de falar. Eles não, eles vão falando: “Tu... fez isso”...

A diferença no modo de falar, para alguns moradores é o que justifica a denominação de “baianos”. Entretanto, se a fala se revela um diferenciador, ela também se mostra um campo de negociações simbólicas, de aprendizado mútuo, de contato inter-grupal que atesta a possibilidade de um trânsito entre as diferentes formas de expressão : “A língua deles é diferente, mas eles falam em toda língua, falam na nossa, falam na deles...”

Outra categoria que diferencia moradores e “baianos”, na perspectiva dos primeiros, diz respeito ao comportamento em público. Para aqueles, os “baianos” são mais alegres e expressivos, o que é considerado um ponto positivo. Outros moradores, entretanto, relacionam essa alegria de forma bastante negativa : “Eles são meio porcos, lambões. No primeiro ano deles, eles eram muito baguncentos, mas deu pra sujeitar eles assim. Mas no outro ano, aí eu já não tava aguentando mais.”

Ao falarem dos comportamentos que se distanciam de forma mais radical do modelo ético que constitui seus próprios padrões culturais, os moradores acabam revelando um discurso ambíguo onde, a princípio, as diferenças são negadas a um nível genérico, mas afirmadas e sublinhadas ao nível dos comportamentos concretos e das situações a que cada grupo tem que enfrentar: “ Eles são a mesma coisa que a gente. Mas eu acho assim, eles tão acostumados a sofrer mais, e a gente em vista deles não tem sofrimento nenhum. Eu acho que esse povo é doido demais.”

Outra diferença percebida pelos moradores diz respeito à forma como tratam da saúde, considerada como uma maneira que não segue a certos preceitos fundamentais para a sua manutenção: “Esse pessoal faz muita extravagância. Muitos

perdem a saúde lá por causa disso. As donas tão de resguardo e sai descalça. Desde o dia que ganha a criança, elas alimenta de qualquer coisa, não tem regime não, aí vai indo adoece mesmo.”

Uma última categoria diferenciadora é construída em relação ao desempenho que cada um dos grupos tem no trabalho da “panha”. Os “baianos”, apesar de constituírem a mão-de-obra mais numerosa durante a colheita, são vistos pelos moradores como um grupo que não desempenha bem as atividades se comparados ao seu próprio trabalho. Para eles, isso pode ser explicado pelo nível de exigência da própria fazenda, mas também pela vontade de colher café, que acreditam ser maior entre moradores do que entre os “baianos”: “Eles até trabalham direitinho, mas sempre na “panha” do café, não tem jeito de fazer um negócio limpo. Nós daqui panhamos melhor. Porque os daqui tem tanta vontade de panhar café... porque sempre apanhamos atrasado. Com aquela vontade de ganhar um dinheirinho, todo mundo fica esperto.” É interessante notar que, a visão dos moradores chega a definir que seu grupo se constitui num grupo mais interessado no trabalho, e portanto mais produtivo que os “baianos” que migram para a fazenda.

A partir dessas representações, os moradores afirmam também que para além das diferenças que constituem o jeito de cada grupo, existem diferenças também na vida que cada um leva. E também aqui as representações remetem para uma perspectiva ambígua.

De forma geral, os moradores avaliam suas vidas, mesmo com todas as reclamações, como bem melhores que a dos “baianos”. Essa avaliação se baseia principalmente, na segurança que um trabalho fixo, mesmo que mal remunerado e sem muito futuro, representa para o trabalhador. “Eu acho que nós da fazenda vivemos melhor. É igual eles sempre dizem, lá é difícil achar serviço. Por isso que fica saindo assim. Agora a gente aqui não. A gente deitou, quando é no outro dia já sabe o que vai fazer. Agora eles não. Eles trabalham um dia pra um, outro dia pra outro e não tem um serviço firme. Pra quem tem um serviço fixo é mais tranquilo.”

Para eles, se a contínua migração dos “baianos” traz maiores oportunidades, essas, entretanto, não garantem uma situação de segurança.

Entretanto, se avaliam que vivem melhor - é preciso lembrar que isso se relaciona também ao valor que atribuem, na construção de sua própria imagem, ao fato de não ficarem procurando serviço - os trabalhadores residentes, relativizam essas diferenças ao afirmarem que quem vive melhor “é quem tem terreno ou que mora numa fazenda onde tem liberdade de plantar, liberdade de criar um porco, um cavalo” , ou quem já comprou sua casa na cidade, o que em última instância, acaba nivelando-os em uma mesma situação de dificuldades. Do contrário, “ nós ficamos na mão do fazendeiro, os tomadores de conta pegam no pé, porque a gente não tem para onde ir.”

Contudo, para os moradores, os “baianos” mostram-se no presente com uma vida melhor do que a que levam na fazenda. Por um lado, os “baianos” devido ao seu trabalho exclusivo na colheita, ganham, na visão dos moradores, bem mais do que eles próprios. Isso constitui uma diferença fundamental, tendo em vista a projeção que ambos os grupos fazem em relação ao que a “panha” pode lhes proporcionar em termos de projeto: “Eles, nesse pouco tempo que eles ficam aqui, o dinheiro que eles ganham no café é quase o que a gente leva 2 anos pra ganhar fora da safra.” Assim, para os moradores, mesmo com todas as diferenças que os “baianos” possuem em relação ao seu grupo, diferenças essas que por vezes os colocam em lugar inferior ao que ocupam, aqueles conseguem, ao nível das representações construídas, ter o que mais acreditam faltar em suas vidas: seu espaço, sua liberdade.

Já os “baianos” utilizam-se de categorias bastante distintas das utilizadas pelos moradores, para caracterizar seu próprio grupo no presente. De maneira geral, os “baianos” valorizam muito as relações decorrentes de suas redes de parentesco, compadrio e amizade. Mesmo mantendo o costume de separação de terras entre os herdeiros de uma mesma família, e enfrentando a realidade de migrarem cada vez mais continuamente, esses trabalhadores fazem da ligação a seus lugares de origem

algo estruturante de suas opções de trabalho. O valor dado ao lugar de origem faz com que muitos abandonem a idéia de uma migração definitiva ou por longos períodos, mesmo avaliando que o trabalho fixo e contínuo mostra-se melhor que o trabalho temporário. A relação de pertencimento a um dado espaço revela-se como um reconhecimento às relações de parentesco, tomadas como fator estruturante na vida dos “baianos”: “Eu moro junto do meu pai e da minha mãe. Então você tem saudade. Você pede a benção. Se o filho tiver amor pelos pais ele sente saudade. Num sente?” ...“A gente gosta de lá. O espaço da gente é esse que a gente sai. É pela segurança dos pais, dos irmãos. A casa da gente, a família, a gente sente falta. Eu tenho os meus pais, ela tem os dela, as irmandades toda da gente lá... pra gente mudar assim, de todo jeito a gente fica com saudade.”

Além de afirmarem-se como pertencentes a um espaço social definido, os “baianos” se vêem como pessoas alegres, honestas e que gostam muito de trabalhar: “O pessoal do norte, isso é um valor que a gente tem, é um grande valor que tem. Eles são muito honestos. Principalmente fora de casa, fora da região.”... “O peão, tudo é costume né? O peão é sempre assim uma pessoa sadia, gosta mesmo é de trabalhar. O peão é sempre alegre, não sei porque motivo. É difícil você ver um peão triste. Sempre ele é um cara assim... reclama, né? Claro que reclama, mas sempre peão está alegre.” Os “baianos” afirmam uma outra importante diferença, mesmo com todas as dificuldades vividas, se mantêm unidos e solidários, fazendo disso um valor muito importante na construção de suas identidades: “O povo acostumou com aquele lugar e quer ficar é ali mesmo. Ali eles não passam fome, não passam sofrimento de nada. Porque no norte, é um lugar de gente fraca, mas o pessoal de lá parece ser uma irmandade.” É interessante que, se entre os moradores a pobreza é considerada causa para a desunião, entre os “baianos” é justamente ela que fortalece os laços de solidariedade.

Mas se a auto-percepção dos “baianos” é positiva, ela não esconde também o reverso da situação em que vivem como trabalhadores temporários: “É uma vida muito sofrida... às vezes tanto trabalho, mas a gente sofre muito de trabalhar assim.

O trabalho não pára. A gente é muito alegre porque a gente não pára, tem aquele ganho pra receber e a gente fica alegre. Depois que passa aquela data, aí vem a tristeza de novo. E com a tristeza, a gente tem que procurar outro jeito, né?" Para eles, a experiência de estarem sempre viajando traz coisas interessantes, porque vêem coisas desconhecidas, e acabam se educando pela vida que levam : "Isso traz muita coisa boa. É bom que a gente fica conhecendo mais gente, faz novas amizades, tem mais entendimento... porque o povo de lá diz que "o pai cria e o mundo educa". E tem muita gente que tem muito pouca educação, não sabe nem conversar."

O contato com o diferente é visto pelos "baianos" como uma experiência que os faz crescer para o mundo: " A gente muda, a gente vê muitas coisinhas, mundo diferente que ninguém sabe, mas a gente sabe, e outros nunca têm porque não saem de casa. É bom sair, porque se você sair você fica sabendo o que vale de bom e o que vale de ruim. Pra mim diferencia muito. A idéia tem que esparramar um pouco." Mas, se o olhar sobre si próprio revela uma capacidade significativa de transformar o que é consequência da desestruturação do modelo econômico de auto-subsistência em algo que pode ser estruturante de seus universos culturais, o "baiano" também percebe o lado perverso deste processo. Por um lado, se ao migrar, eles procuram manter suas identidades, seja pela manutenção de seus princípios de organização grupal, ou pela reapropriação das situações desconhecidas, esse trabalhador volante reconhece que o ato de migrar é uma necessidade para continuarem sendo vistos em seus próprios locais de moradia como trabalhadores e assim manterem seus créditos junto ao comércio local: "a gente sai, sabe por quê moço? Porque a gente tem vergonha. Porque esses que ficam lá, podem passar precisão do jeito que eles querem, mas eles não têm crédito no comércio."

Por outro lado, afirmam que, por melhores que sejam as condições de trabalho encontradas em outros locais, o fato de trabalhar para um outro, além de ser consequência da pobreza em que vivem, pois só pobre trabalha para os outros, em nada contribui para fazê-los efetivamente crescerem. Isso faz com que o "baiano" se

veja como um sujeito singular : “peão é o bicho mais azarado que tem. Quanto mais ele está sofrendo, mais ele tá alegre.”

Definindo-se desta forma no presente, os trabalhadores volantes, apresentam uma percepção relativamente ambígua com respeito às relações que estabelecem com os moradores da fazenda. Afirmam ser uma relação, que mesmo sem muita proximidade e intimidade, revela a amizade que ambos construíram ao longo dos anos. Entretanto, se alguns afirmam essa amizade, outros percebem que os moradores fazem questão de se mostrar como “donos” daquele lugar, estabelecendo uma relação que ora revela medo - “eu acho que eles tem medo de nós. Porque o pessoal muitas das vezes fica reparando o tipo de pessoa. Eles acham que o pessoal nosso é valente” - mas ora revela hostilidade, compreendida pelos “baianos” como uma reação dos moradores frente à união dos “baianos”: “ O povo daqui eles acham que um n_o precisa um do outro. E lá não, lá tem mais união do que aqui. Eu acho que eles tem raiva da gente que trabalha aqui.” Os trabalhadores volantes sentem-se mal tratados pelos moradores, que os tomam como pessoas miseráveis e inferiores: “ Eles ficam é desfazendo da gente, a gente era humilhado lá. Eles falam que a gente vai pra lá porque a gente passa fome. Os empregados da fazenda têm um orgulho muito grande, eles humilham a gente, falam que a gente não sabe nada, falamos errado....”

Essas dificuldades estão relacionadas, para os “baianos”, ao fato de se constituírem com um grupo social distinto ao dos moradores. Tal e qual vimos anteriormente, os “baianos” constroem um certo espectro de categorias com as quais definem as diferenças que percebem. A mais recorrente delas é também a questão da linguagem: “Diferencia assim, no idioma de falar. Tem uma diferençazinha assim poucamente. Quando eu vim pra cá a primeira vez era de dar risada. Eu falava uma coisas e eles achavam errado. O sotaque era diferente, tinha umas palavras diferentes.” Da mesma forma, entre os “baianos” parece haver uma concordância de que o “jeito certo de se falar” é aquele do local onde estão trabalhando: “Então eles davam risadas, levavam tudo na brincadeira. Hoje eu aprendi a falar igual a eles...

mas é assim, quando eu estou aqui eu falo igual a eles e quando eu estou lá em casa, eu falo igual aos do norte. E hoje, essa turma toda que vêm aí, já sabe tudo falar igual a eles.” O uso da fala se mostra um recurso situacional que é manipulado conforme as circunstâncias, fazendo com que no contexto da migração, os “bairianos” adaptem seu equipamento lingüístico à situação de contato.

É interessante notar que, se entre os moradores a percepção das diferenças é anunciada quase que exclusivamente através da localização no comportamento dos “bairianos”, de certos traços que os diferenciam de seu próprio grupo; entre estes o recurso centra tanto na afirmação de singularidades próprias quanto na eleição, no comportamento do outro, de traços avaliados positivamente. Enquanto os moradores fazem um uso mais recorrente da atribuição de traços culturais indesejáveis no outro para definirem quem são, os “bairianos” ora se utilizam de uma auto-percepção, que também se contrasta com os diferentes, mas que se mostra mais auto-centrada e positiva, ora adotam o modelo dos moradores como ideal, localizando neste grupo um certo ideal do que consideram mais correto.

Com relação à primeira forma de se pensar em contraposição aos moradores, os “bairianos” percebem a existência de diferenças no que se refere ao casamento: “Lá (no norte) a maioria lá não casa, junta, não é? É juntar, mesmo que amigar. Aqui não, o pessoal usa muito isso de casar, e nós não. Mas isso num atrapalha não. Às vezes é depois que adquire filho é que vai casar, porque senão o padre não batiza.” Mesmo sendo diferente, os costumes em relação ao casamento não são afirmados como reveladores de qualquer negatividade. No que se refere ao trabalho na “panha”, os “bairianos” afirmam que são mais trabalhadores se comparados aos moradores: “Os que vem de lá trabalham, fazem o serviço melhor que eu já vi aí. O serviço não precisa de reclame. Aqui eles coçam o possível que pode, e têm muitos aqui que nós não vemos esforço mesmo não.”

Os “bairianos” chegam a afirmar que os moradores são mais educados e recatados e por isso conversam menos. É isso que, para eles, faz com que entre os moradores muitos tenham medo de seus companheiros.

diferenças apontam para traços que reafirmam seu próprio grupo, revelando uma perspectiva mais estruturante de suas identidades: “O pessoal do norte é mais inteligente. Assim eu falo! Porque o povo de lá faz de tudo. Eu não gosto de falar não, porque todo mundo é de um jeito só, mas nós somos mais inteligentes.” Alguns chegam a afirmar que seu grupo se diferencia dos moradores por gostarem mais da liberdade, o que gera um comportamento mais expansivo e alegre. Nesse processo de se pensarem tanto pelo que distinguem em seus comportamentos como elementos positivos quanto por aquilo que no outro (o morador) se mostra como modelo ideal, os “baianos” afirmam que possuem uma visão de mundo diferente, um “pensamento” que se mostra singular em função das diferentes experiências com o trabalho. Aqui, esses trabalhadores reafirmam a diferença entre trabalhar para si próprio e o trabalho que é para um patrão: “O pensamento deles não é o nosso não, o pensamento deles é um, o nosso é outro. Porque a gente chega em casa, pega no serviço num lugar que é nosso, e aqui não pode pegar no serviço sem pedir ao fazendeiro. O lugar não é deles, quer dizer que aqui é tudo pela boca dos administradores.”

Os “baianos” consideram que os moradores vivem em condições financeiras melhores do que as que caracterizam suas vidas, o que é medido por eles através do trabalho contínuo e até pela possibilidade de juntarem dinheiro: “É claro que tem diferença. Os de lá são melhor em situação de vida. Lá você tem condições de juntar dinheiro, e aqui não tem.”

Mas, se esses trabalhadores constroem suas identidades na situação de contato de forma ambivalente, isso não significa que percam suas próprias referências identificatórias, como fica claro quando pensam as suas próprias diferenças internas. Nesse ponto, percebem que de modo geral são os moradores que definem a diferença entre ser “baiano” e ser morador da fazenda: “Quem chama a gente de “baiano” são de lá mesmo, porque não conhecem aqui. Nós quando estamos com eles nós não achamos diferença neles, eles é que acham diferença nos daqui que vão pra lá.”

Por outro lado, se os trabalhadores volantes fazem uso de uma identidade mais abrangente, sintetizada pela categoria “baianos”, e que corresponde a um sentimento de grupo quando confrontados aos moradores, entre si revelam que essa categoria se mostra pouco operativa, pois não ressalta os traços que os localizam em seu próprio universo cultural.

O julgamento sobre quem vive melhor no presente, está sempre relacionado a certos valores que constituem o modelo ideal de trabalhador rural. O primeiro deles se refere à oportunidade que a incidência maior de chuvas traz para realizarem seus plantios. Essa visão é carregada de um idealização, já que, como vimos atrás, os moradores há anos se limitam a plantar o feijão das águas: “Ah! É bom, realmente eu acho que lá é bom, chove mais, tudo aquilo que planta, dá. Aqui você arrisca, planta uma lavoura, às vezes num ano que chove pouco e não dá nada.” Essa idealização se estende também às possibilidades de terem pequenas criações em seus quintais, o que da mesma forma, verificamos estar cada vez mais difícil em decorrência do corte do plantio de milho, e de sua distribuição se dar de forma irregular e insuficiente. De qualquer forma, acreditam que os moradores estão melhor, porque “criam muita coisa, criam porcos, criam galinhas...” Além disso, o fato de terem serviço continuamente, assegura aos moradores, na visão dos trabalhadores temporários, uma situação de maior tranquilidade em função da continuidade num mesmo serviço: “Porque você fica sossegado. Tem trabalho todo dia, não precisa mudar de patrão. Porque nós estamos aqui com um hoje, com outro amanhã, nunca que firma. Um dia está num lugar ruim, noutro dia num lugar melhor, o sujeito fica descontrolado.” Mais do que tranquilidade, ser empregado de uma fazenda, permite aos moradores permanecerem junto à suas famílias e no seu local de origem, o que para muitos constitui-se em valor e necessidade fundamentais: “Porque, por exemplo, amanhã eu vou pra lá e chegando lá não fico nem oito dias e depois saio de novo pra outro lugar, é sempre assim. Você só esquenta a mulher lá de quinze em quinze dias...”

Outro componente importante na comparação que os “baianos” fazem diz respeito à fartura que acreditam decorrer da situação dos moradores: “Igual eu falei pro senhor, eu comparo minha situação financeira. Eu acho que aquela pessoa daqui que está no mesmo nível que eu, está melhor financeiramente assim, sai melhor do que eu, porque eles têm... a dispensa deles é mais sortida do que a minha, eu vejo que é mais sortida. Então eu acho também, que se eu morasse aqui, ou em Patrocínio, eu seria a mesma coisa deles.” Avaliam também que a vida na Fazenda Santa Elisa permite que os moradores guardem um dinheiro, capaz de os tornarem independentes dos fazendeiros quando quiserem sair da fazenda: “Então, muitos que moram aqui de velho e que já estão bem arranjados, qualquer tempo que eles saírem da fazenda eles têm o direito deles que dá pra eles comprarem um casa em qualquer lugar. Eles também têm um porco que pode vender e pôr o dinheiro no banco. Plantam uma roça, vende. Planta um feijão, vende, vai juntando o dinheiro aos poucos. Então todo o tempo que a pessoa der de sair já dá pra ter uns trocadinhos bons pra ela comprar uma casinha em outro lugar.”

Há entretanto aqueles que acham, que os trabalhadores volantes do norte é que vivem melhor : “na fazenda eles trabalham muito e ganham pouco e lá no norte a gente trabalha pouco e ganha mais e vive uma vida mais ou menos melhor, pelo menos de alimento” . Eles também raciocinam que, em sua cidade, conseguem manter certos valores fundamentais que organizam as relações entre as pessoas, o que acreditam não existir na fazenda: “A gente tem liberdade, o povo lá é escravo da fazenda, e eu nunca conheci o que é ser escravo. Aqui ninguém tem olho grande nas coisas dos outros e lá parece que tem. Isso aí quer dizer, é uma espécie de ambição, de olho grande.”

Se a falta de serviço, ou a falta de um patrão fixo é lamentada por uns, para outros ela é condição de liberdade e de autonomia sobre o tipo de vida que se quer levar: “Em São João da Ponte é melhor, porque lá a gente anda desimpedido, trabalha o dia que quer, come do modo que quiser. O camarada que mora na fazenda

ele é obrigado a levar para o serviço até os meninos que estão chupando o peito da mãe. E lá não.”

Tal e qual alguns moradores, o discurso dos “baianos” reconhece também uma certa proximidade entre a vida dos dois grupos. Esta proximidade se refere ao fato de ambos serem pobres e como tal em nada se diferenciarem um dos outros: “No final fica uma coisa pela outra. Se for passar, é uma coisa pela outra. O pobre não tem carreira. Tudo quanto é carreira dele é torta.” Esse reconhecimento de situações que se igualam, se refere também ao fato de que mesmo quando ganham menos que os moradores, os “baianos” possuem suas propriedades, o que os faz recuperar a desvantagem do ganho menor: “Eu acho que é igual. Quando eles ganham melhor, nós empata. Lá nós temos nossas terrinhas. Aqui eles moram de agregados. Porque a gente pode ir pra Santo Antônio, São Paulo, Bahia, qualquer lugar, que a gente sabe pra onde voltar. A gente tem o nosso local. É ruim a gente morar na terra de um, na terra de outro, porque as vezes o dono chega e fala “eu não quero você mais aqui”.

5. Conclusões

No que se refere às diferenças que marcam as singularidades de cada grupo, os moradores constroem uma percepção que mais se utiliza de traços negativos encontrados no outro, do que propriamente em distintivos positivos afirmados em seu próprio grupo. Os diferentes são essencialmente os “baianos”, que na visão dos moradores se revelam, mais alegres, mas desordeiros, extravagantes, sujeitos de uma vida ainda mais difícil, e ainda maus panhadores de café. Para os moradores, se os “baianos” chegam a passar fome, o que representa para o trabalhador rural um atestado do estado de miséria a que chegaram, esses preservam um valor e uma condição que é essencial, a liberdade. Se os moradores possuem a segurança de um serviço contínuo, são os “baianos” que preservam, mesmo ao custo da desfiguração social que a busca contínua de serviço traz, a liberdade, a autonomia de escolherem como, quando e onde irão trabalhar. Essa percepção revela o único traço

distintivo localizado positivamente no agrupamento dos "baianos" pelos moradores.

De forma bastante diferente, os trabalhadores volantes pensam as diferenças valendo-se mais da percepção de traços culturais valorizados positivamente nos moradores, sem que isso, entretanto, signifique a depreciação de suas identidades. Acreditam os "baianos" que os moradores possuem mais união, são mais ordeiros e calados. Na condição de empregados, recebem mais e conseguem juntar dinheiro, superando aquela situação corrente entre os "baianos" que os aprisiona, ou seja, a de trabalhar sempre para pagar dívidas já contraídas. Pelo fato de morar no sul do estado, os moradores são vistos como trabalhadores que podem plantar mais, e assim obter mais fartura e mais serviço, além de trabalhar junto às famílias.

Em uma única dimensão os moradores são vistos através de traços negativos. Como empregados de fazenda, esses são classificados como trabalhadores sem liberdade e que tal como eles, se encontram na condição de pobres, ou seja, ter que trabalhar para um outro. Além da falta de liberdade que os diferencia, outro traço negativo caracteriza os moradores na visão dos "baianos": a pobreza de suas festas, que se contrasta com a riqueza que comparativamente caracteriza a cidade de Santo Antônio do Amparo em relação à São João da Ponte.

É possível afirmar que a relação entre moradores e "baianos" se dá como um processo contínuo de negociação de especificidades, onde os valores tradicionais, além de assumirem uma dimensão de continuidade, estabelecem uma relação dinâmica com os valores adquiridos e projetados a partir dos contatos e das trocas intergrupais.

As normas e regras que compõem os sistemas de representação de cada grupo, possuem uma dimensão normativa cuja efetivação é feita através das instituições, dos mitos e dos ritos próprios a cada contexto, sistemas esses que se mostram maleáveis às mudanças que a experiência de cada grupo lhes apresenta. Entre os moradores, as transformações operadas no interior da fazenda na última década, ao mesmo tempo em que força a emergência de novos valores e aspirações,

consolida uma visão tradicional que os fazem aspirar ao retorno do colonato. Entre os "bairanos", a idealização da condição de empregados permanentes de uma fazenda não lhes rouba o sentimento de pertencimento a um contexto tradicional. Aqui, negar-se como sujeito de um dado contexto é o mesmo que renunciar à própria identidade. O que os "bairanos" parecem realizar de forma bastante estratégica, é a suspensão ou adaptação temporária e parcial de suas identidades na situação de contato, a fim de que possam continuar se constituindo como um grupo específico. Não há negação, mas suspensão. Como fenômeno essencialmente relacional, e não-substantivo, a identidade está sempre em processo, gerando confrontos, enfrentamentos, novas configurações e simbioses originais.

É importante, entretanto, ressaltar as diferenças nas estratégias e os resultados a que essas remetem cada grupo. Os "bairanos", em um processo contínuo de migração temporária; os moradores, através de suas experiências que, se limitadas à fazenda, estão referenciada ao passado, às informações que possuem e às idealizações que constroem. Se a identidade dos "bairanos" mostra-se mais repartida em função de suas migrações, ela parece se manter mais integrada, não revelando, como se poderia imaginar, um processo de crise ou de desestabilização. Os moradores, apesar de localizados num contexto permanente de referências, parecem viver de forma mais crítica as mudanças a que estão expostos. A fragmentação decorrente desses novos padrões de organização social, parece ser "vívida, de um lado, como um dado ou uma realidade estruturadora do sujeito, e de outro, como um conjunto característico do próprio sujeito." (RIBEIRO,1990) Nesse processo, uma das faces desta "identidade caleidoscópica" pode se estruturar provisoriamente como mais hegemônica do que outras, sugerindo que o quadro traçado nesse estudo possa se transformar de forma dinâmica e constante, caracterizando-se como um processo de reconstrução contínua.

Há uma diferença significativa na manipulação das identidades. Para os "bairanos" a adaptação de seus costumes aos contextos para onde migram, assume um caráter provisório e estratégico, no sentido de viabilizar uma integração que não

os transfigure de forma radical. Os "baianos" parecem exercitar as possibilidades de, por serem vários, permanecerem se reconhecendo como únicos.

Já entre os moradores, parece haver um outro movimento, que não se institui através de uma dinâmica migratória, mas na busca, no passado, de uma identidade perdida de colonos. Nesse processo, acabam percebendo que este retorno se mostra cada vez mais remoto, o que os fazem pensar na ruptura com este modelo, e na idealização de alternativas individuais como trabalhadores autônomos ou trabalhadores urbanos.

Nessa dimensão, os moradores parecem manipular de forma mais significativa o passado como uma espécie de "ator ideológico" que é legitimado na atualidade. Já os "baianos", se também atualizam o passado através do tempo vivido no presente, não constroem, na busca de suas identidades, um projeto de retorno. A lembrança de um outro tempo está aqui mais atualizado pela experiência do presente.

Os "baianos" parecem assim, mais hábeis na realização de "cortes culturais" que possam viabilizar a convivência nos vários contextos culturais onde se inserem. Se suas próprias tradições já não exercem mais o monopólio sobre seu sistema de representações, essas, entretanto, não desaparecem, permanecendo como referência de um projeto maior, mais essencial que a emergência econômica da migração não é capaz de fazer desaparecer, por mais perversa que seja.

As diferenças entre moradores e "baianos", além de expressarem singularidades no modo de vida de cada grupo, expressam uma dinâmica de comunicação, que se caracteriza por ser um processo de negociação política, ligado essencialmente ao lugar que cada um ocupa no processo produtivo da "panha". O que moradores e "baianos" parecem dizer, através de suas práticas e de seus discursos, refere-se também a uma outra dimensão da política: a reconstrução de relações mais fortemente ligadas a uma ética da reciprocidade, da liberdade e da autonomia.

Referências

BARBU, Zevedei, "O conceito de identidade na encruzilhada." In: **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980

BASSIT, A.; CIAMPA, A. & COSTA, M.(orgs.), **Identidade: teoria e pesquisa**, São Paulo, Editora da PUC/SP, Série Cadernos Puc/SP-20, 1985

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **Plantar, comer, colher - um estudo sobre o campesinato goiano**, Rio de Janeiro, Graal, 1981

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **Identidade e etnia: a construção da resistência cultural**, São Paulo, Brasiliense, 1986

BUCHILLET, Dominique, "Manipulando identidades no Médio Solimões, **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985.

CUNHA, Manuela Carneiro, "De amigos formais e pessoa: de companheiros, espelhos e identidades". **Boletim do Museu Nacional**, n.72, 1979

CUNHA, Manuela Carneiro, **Negros estrangeiros - escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo, Brasiliense, 1985

DUARTE, Luís Fernando Dias, Construção social da identidade e hierarquia em um grupo de classe trabalhadora. In: **V Encontro da ANPOCS**, Nova Friburgo, 1981

DUARTE, Luiz Fernando Dias, "Classificação e valor na reflexão sobre identidade social". In__ : CARDOSO, Ruth (org.): **A Aventura Antropológica**, Rio de Janeiro, Paz

DUARTE, Luís Fernando Dias, "De bairros operários sobre cemitérios de escravos, um estudo de construção social de identidade" In LOPES, José Sérgio Leite (org.): **Cultura e identidade operária - aspectos da cultura da classe trabalhadora**, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1987

DURHAN, Eunice Ribeiro, **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**, São Paulo, Perspectiva, 1973

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas**, São Paulo, Global, 1987

FÍGOLI, Leonardo H. G. "A emergência de uma identidade regional no campo das relações interétnicas". **Anuário Antropológico**, Tempo Brasileiro, 1982

FÍGOLI, Leonardo H. G. ,"Identidad regional y `cabocismo': Índios del Alto Rio Negro en Manaos", **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983

GEERTZ, C, **A interpretação das culturas**, Rio, Zahar, 1978

GODELIER, Maurice, "A parte ideal do real", In: CARVALHO, Edgard de Assis (org.): **Godelier**, São Paulo, Ática., 1981

LÉVI-STRAUSS, Claude & BENOIST, Jean-Marie , **L' IDENTITÉ - Séminaire dirigé par Claude Lévi-Strauss**, Paris,PUF, 1977

MONTERO, Paula, "Considerações a respeito da noção de identidade", **Revista Comunicações do ISER**,V.6, nº 26, julho, 1987

MOURA, Margarida Maria ,**Camponeses**, São Paulo, Ática, 1986

NEGRÃO, Lísias ,"**A construção sincrética de uma identidade**", Trabalho apresentado no XVI Encontro Anual da ANPOCS , Caxambu, 1990

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de **Identidade, etnia e estrutura social**, São Paulo, Pioneira, 1976

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de, "Identidades e Estrutura Social" , **Anuário Antropológico** , Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de, Tempo e tradição: interpretando a Antropologia. In: **Anuário Antropológico 84**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

RIBEIRO, Gustavo Lins ,"**Bichos-de-obra - fragmentação e reconstrução de identidades no sistema mundial**". Trabalho apresentado no XVI Encontro Anual da ANOPCS, Caxambu, 1990

RUBEM, Guillermo Raúl , "Teoria da identidade: uma crítica". **Anuário Antropológico** - 1984 , Tempo Brasileiro & Editora UNB.

SOARES, Luiz Eduardo, **Campesinato: ideologia e política**, Rio de Janeiro, Zahar, 1986

STOLCKE, Verena, **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**, São Paulo, Brasiliense, 1986

SUAREZ, Mireva; WOORTMAN, Klass; MOTTA, Mariza V. et al "Seminário:Saber e

reprodução camponesa - introdução" In: **Anuário antropológico 81**, Rio de Janeiro,

Tempo Brasileiro

WOORTMAN, Ellen F., **Colonos e sitiantes: um estudo comparativo do parentesco e da reprodução social camponesa**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, UnB.

WOORTMANN, Klass, "Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral" In: **Anuário antropológico 87**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.